

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 130, DE 29 DE MAIO DE 2026

COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPASP

Às nove horas do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e seis, reuniram-se virtualmente os membros do Comitê de Investimentos, por meio de videoconferência, com a presença do Senhor Antônio Carlos Schiavon, Presidente do Instituto, da Senhora Márcia Adriana Rodrigues, Assessora de Ampla Assistência, do Senhor Leonardo Rombola de Souza Martins, Gestor dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, do Senhor Marcel Gustavo Zotelli, Conselheiro do Instituto e do Senhor Douglas Sarti Toledo, Conselheiro do Instituto. A presente reunião teve a seguinte pauta: **discussão sobre o cenário econômico; resultados do mês anterior; alocações e realocações de recursos; acompanhamento dos investimentos recentes.** O Gestor de Recursos abriu a reunião informando que os documentos pertinentes à pauta — Parecer Mensal do Comitê de Investimentos, Relatório Analítico de Investimentos, Parecer Econômico da Consultoria e Cartas de Estratégia Mensal de instituições de referência — foram disponibilizados previamente a todos os membros via e-mail, sendo que a sessão teve início com a exposição do desempenho da carteira relativo ao mês anterior, seguida por uma análise detalhada do cenário macroeconômico vigente na qual se destacou que, em abril, os mercados globais reagiram à temporada de balanços ligada à IA, apesar da guerra no Irã manter o Brent acima de US\$ 100 e gerar gargalos logísticos. O Fed manteve os juros entre 3,50% e 3,75% em tom cauteloso, mas o otimismo tecnológico impulsionou o S&P 500 (10,42%) e o BDRX (7,77%). No Brasil, o Real operou abaixo de R\$ 5,00 e o IPCA registrou 0,67%, porém o cenário segue sob forte pressão. O Copom reduziu a Selic para 14,50%, mas enfatizou em sua comunicação que os próximos cortes dependerão totalmente da evolução dos fatores de risco, sem compromisso com ritmos prévios. O alerta focou na pressão energética da guerra e na elevação das projeções de inflação no Boletim Focus, que exigem rigor monetário. Na renda fixa, houve fechamento parcial da curva: o IMA-B rendeu 1,81% e o IRF-M 1,24%, enquanto o CDI rendeu 1,09%. O Ibovespa fechou em -0,08% após forte volatilidade. Com isso, o Instituto rendeu 1,45% no mês, superando a meta de 1,12%. O acumulado do ano subiu para 4,62%, ultrapassando o objetivo atuarial de 4,47%. Após esclarecimentos do cenário econômico e análise de resultados anteriores, determinou-se consensualmente que as **Contribuições Previdenciárias do fundo de repasse** permanecerão nos ativos atrelados ao CDI, ativos de baixo risco e alta liquidez, sendo eles SANTANDER DI TP, BB TESOIRO SELIC e CAIXA TP. **As Contribuições Previdenciárias do fundo de reserva** serão aplicadas também nos mesmos ativos e serão realocadas posteriormente no fundo SANTANDER IMA-B5, R\$ 2.000.000,00, e o restante ficará no fundo caixa, à espera da troca definitiva de custodiante dos títulos públicos do instituto. Na sequência, foi informado aos membros sobre a efetivação das **alocações e realocações decididas anteriormente**: as contribuições previdenciárias dos fundos de repasse (R\$ 2.319.320,82) e reserva (R\$ 5.825.384,62) foram devidamente alocadas no fundo SANTANDER DI TP. Quanto às contribuições previdenciárias do mês de abril do Fundo de Reserva, foi realizada, dia 26/05, a realocação de R\$ 2.700.000,00 para o fundo SANTANDER IMA-B5, e o restante ficará no fundo caixa SANTANDER DI TP para futura realocação conforme segue decidido no tópico '**alocações e realocações posteriores**'. O Gestor explicou que, após criteriosa análise dos indicadores recentes do mercado e das características estruturais do veículo, optou por suspender e reavaliar a referida movimentação no fundo ITAÚ US TREASURY RF IE, fato acordado entre todos os membros. Foi destacado que o fundo tem enfrentado uma volatilidade anualizada severa, registrando rentabilidade acumulada negativa de -11,06% em 2026, o que gera uma assimetria de retorno prejudicial para a previsibilidade da carteira. Essa forte oscilação decorre diretamente do modelo de marcação a mercado dos títulos do Tesouro Americano com prazos de 7 a 10 anos, cuja curva de juros externa e variação cambial têm apresentado forte estresse. Adicionalmente, o Gestor alertou o Comitê sobre os riscos estruturais de liquidez e de enquadramento do fundo, que possui um Patrimônio Líquido reduzido, e uma elevada concentração de investidores, contando com apenas 33 cotistas no total. Tal cenário expõe o Instituto ao risco de que resgates de grande porte por parte de outros cotistas forcem a oscilação abrupta da cota ou gerem descolamentos patrimoniais, penalizando o rendimento do fundo e o desenquadramento legal. Diante disso, pautado pelo princípio da prudência e da diligência fiduciária, o Gestor recomendou a manutenção dos recursos em instrumentos de liquidez imediata e caixa, até que alternativas internacionais estruturalmente mais robustas, com maior pulverização de cotistas, sejam avaliadas e deliberadas. Após isso, o Gestor de Recursos e a Sra. Márcia Adriana Rodrigues informaram a aplicação do valor de R\$ 1.886,69 no fundo BB SOBERANO FLUXO RF (CNPJ: 63.197.387/0001-38) na data de 05/05. A referida movimentação justifica-se pela necessidade de garantir a rentabilidade imediata dos recursos provenientes do repasse da Prefeitura Municipal, que rotineiramente ocorrem ao final do expediente bancário. Tal medida visa apenas evitar que o recurso permaneça em conta corrente sem remuneração (caixa morto), assegurando a aplicação automática em caso de impossibilidade de execução manual no fechamento do dia. Ressaltou-se que o fundo em questão possui características similares ao antigo **BB FLUXO**, utilizado anteriormente pelo Instituto com este mesmo objetivo, que sofreu resgate total em decorrência das alterações na legislação de RPPS que restringiram fundos com ativos de crédito privado para essa finalidade. O BB SOBERANO FLUXO (CNPJ: 63.197.387/0001-38), por sua vez, possui menor taxa geral de custo e enquadra-se nos critérios atuais por investir exclusivamente em títulos públicos federais

(Art. 7º, I da Resolução CMN nº 5.272/2025), garantindo liquidez diária e segurança. Conforme registrado na ata anterior, a escolha deste veículo conta com o parecer favorável da consultoria de investimentos, que validou a taxa de administração de 0,085% a.a., 0,64% a.a. de taxa máxima de distribuição e 0,269% a.a. de taxa de gestão. Informou-se também que, ainda neste mês, registrou-se o recebimento dos Cupons dos Títulos Públicos (anos ímpares) e do fundo BB TP VÉRTICE 2027, no valor total de R\$ 4.366.442,44. Esses recursos foram devidamente alocados, de forma transitória, nos fundos SANTANDER DI TP (R\$ 4.350.181,71 dos títulos públicos anos ímpares) e BB TESOURO SELIC (R\$ 16.260,73 do fundo BB VERTICE 2027), visando a manutenção da liquidez e para futura realocação conforme a ser decidido nesta reunião. Por fim, reiterou-se que os cupons de títulos públicos (pares, recebidos em fevereiro, no valor de R\$ 4.420.428,36) e a Letra Financeira Daycoval (vencida em 16/03, no valor de R\$ 4.650.401,73), bem como o remanescente do Caixa Capital Protegido no valor de R\$ 2.686.326,41, aguardam a conclusão das etapas de realocação conforme deliberado. Referente às **alocações e realocações posteriores**: em **renda fixa**, confirmou-se que as realocações previamente deliberadas ainda não foram integralmente executadas. Esclareceu-se que os recursos em questão englobam os cupons de títulos públicos recebidos em fevereiro, os cupons atualmente auferidos em maio, além do saldo remanescente do caixa de Capital Protegido. Tais recursos permanecem, no momento, alocados no fundo SANTANDER DI TÍTULOS PÚBLICOS, em caráter transitório, aguardando futura realocação. Nesse viés, ficou claro entre os membros, porém, que o volume financeiro parado em liquidez imediata pode gerar custo de oportunidade frente às taxas de títulos públicos. Adicionalmente, os membros examinaram as Taxas de Títulos Públicos Anbima do dia anterior e observaram que essas permanecem em patamares ainda elevados e atrativos. Tal dinâmica reforça a importância de uma alocação criteriosa, com adequada avaliação de *duration* (ALM vigente) e pontos de entrada, especialmente em estratégias como IMA-B5 e vértices intermediários, conforme condições de mercado no momento da execução. Nesse sentido, reiterou-se a preferência institucional pela compra direta de títulos públicos na curva em detrimento da aquisição indireta via fundos de investimento do tipo 'vértice'. Por essa razão, novas movimentações demandam a conclusão do processo de *due diligence* e validação junto ao novo custodiante — transição já detalhada em reunião e ata anterior. Dessa forma, as realocações seguem mantidas como diretriz do comitê, condicionadas à consolidação do entendimento regulatório, à efetiva confirmação da nova custodiante e à observação de janelas de oportunidade em termos de taxas, visando otimizar a relação risco-retorno das alocações. Em **renda variável**, decidiu-se por unanimidade pela manutenção da classe. Compreendeu-se que, embora tais ativos ainda apresentem espaço para valorização, possuem maior sensibilidade a movimentos de aversão a risco e reprecificação de ativos, como observado no cenário corrente, diante de conflitos internacionais e pesquisas eleitorais, o que amplia o risco de perdas patrimoniais em caso de reversão macroeconômica. Enfatizou-se que a atual subalocação da carteira nesses ativos, em relação à Política de Investimentos e ao Patrimônio Líquido, mitiga impactos relevantes de movimentos corretivos no resultado consolidado a longo prazo. A exposição atual mostra-se adequada e ligeiramente abaixo dos parâmetros estratégicos. Eventuais movimentações de saída, neste momento, poderiam implicar desalinhamento com a alocação de longo prazo e renúncia ao potencial de recuperação, configurando uma postura excessivamente defensiva diante de uma volatilidade de natureza predominantemente conjuntural. Dentro desta estratégia de manutenção e visando o aperfeiçoamento da diversificação interna da classe, o Gestor de Recursos submeteu à pauta a análise do BTG PACTUAL LOGÍSTICA RESP LIMITADA FII - BTLG11 (CNPJ: 11.839.593/0001-09), fundo apresentado pela Mariana Barcelos, responsável pelo relacionamento com RPPS do banco BTG PACTUAL, para o Gestor, Marcia Adriana e Antonio Carlos Schiavon no começo deste mês. O Gestor informou que, em conformidade com os ritos de governança, já solicitou o parecer técnico da consultoria de investimentos, mas antecipou ao Comitê sua análise prévia. Manifestou que o fundo possui características robustas de segurança operacional e transparência, destacando-se por ser um veículo de gestão ativa sob responsabilidade de uma instituição financeira classificada como Banco S1, o que pressupõe maior rigor regulatório e solidez institucional. Na verificação da qualidade dos ativos, o Gestor confirmou que o portfólio é composto por ativos prontos e locados, o que elimina o risco de vacância financeira por maturação de obras ou a chamada 'Curva J' — fenômeno comum em fundos de desenvolvimento onde o investidor aporta capital, mas aguarda longo período para o retorno do fluxo de caixa. Adicionalmente, o Gestor de Recursos apresentou um estudo comparativo do BTLG11 frente aos seus principais pares de mercado no segmento logístico, fundamentado em indicadores de eficiência operacional e valuation. No critério de retorno corrente, o fundo apresenta um Dividend Yield (DY) anualizado resiliente na casa de 9,19% (0,78% mensal), mostrando-se competitivo e alinhado à média dos grandes players do setor, com a vantagem de distribuições historicamente crescentes, apresentando uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 15,6%. Sob a ótica de risco imobiliário, destacou-se a excelência operacional traduzida em uma vacância física e financeira, consolidada abaixo de 3%, patamar significativamente inferior à média do mercado e de pares que enfrentam desafios geográficos fora do eixo principal. Quanto ao custo por metro quadrado e preço dos ativos, o Gestor evidenciou que o fundo negocia com um indicador Preço por Valor Patrimonial (PVP) em linha com a neutralidade (1,00), o que assegura que o aporte do Instituto ocorrerá ao valor justo de laudo dos imóveis, sem a incidência de ágios excessivos. Foi pontuado que a taxa de administração e gestão é de 0,9% ao ano, e que os custos de distribuição da emissão serão integralmente absorvidos

pela gestora. Enfatizou-se que o BTLG11 oferece liquidez diária relevante no mercado secundário, registrando média superior a R\$ 12 milhões, o que confere segurança jurídica e operacional para o desinvestimento imediato em caso de necessidade de rebalanceamento tático, diferentemente de FII's de menor porte. Para subsidiar a análise, registraram-se as presenças virtuais da Senhora Mariana, representante técnica, e do Senhor Francisco, um dos gestores do referido fundo, que expuseram detalhadamente aos membros do Comitê as características dos galpões, a estrutura de taxas e a dinâmica de funcionamento do fundo. Após as exposições e a saída dos convidados, os trabalhos do Comitê prosseguiram em sua ordem regular. Ao final das discussões na ordem do dia, os conselheiros Douglas Sarti Toledo e Márcia Adriana Rodrigues suscitaram questionamentos específicos sobre o ativo, o que motivou o Gestor de Recursos a solicitar o retorno dos representantes do fundo ao ambiente virtual de reunião para os devidos esclarecimentos. Questionados sobre a destinação do montante a ser aportado nesta nova emissão de cotas, os representantes esclareceram que parte expressiva dos ativos imobiliários já se encontra em fase avançada de preparação, conforme demonstrado formalmente no 'slide 24' da apresentação técnica compartilhada com os membros, enquanto a parcela residual dos recursos permanecerá transitariamente em caixa; indagados pelo Gestor de Recursos sobre a rentabilização deste saldo, a Senhora Mariana explicou que os valores são aplicados em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) de alta liquidez, seguindo a estratégia tradicional de alocação de fundos de tijolo. No tocante às indagações sobre os patamares de vacância observados nos galpões de Santo André e Cabreúva, o Senhor Francisco esclareceu que o imóvel de Santo André adveio da aquisição recente do portfólio do fundo SARE11, realizada no ano anterior — fato este validado pelos membros do Comitê mediante consulta a pesquisas e fatos relevantes publicados —, sendo que o ativo foi incorporado sem locação integral e, após os esforços de gestão, já atingiu 50% de ocupação, ao passo que, relativamente ao ativo de Cabreúva, explicou-se que as desocupações pontuais decorreram de ações resolutivas da gestão por inadimplência de inquilinos, ressaltando que a equipe comercial já se encontra em prospecção ativa para novas locações. Por fim, atendendo à dúvida levantada pela membro Márcia Adriana Rodrigues a respeito do posicionamento de investidores institucionais no ativo, a Senhora Mariana elencou diversos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e Fundos de Pensão de grande porte que já aprovaram realocações no BTLG11, evidenciando a aceitação do ativo por investidores regulados. Sanadas todas as dúvidas e encerradas as participações dos representantes do fundo, os membros do Comitê retomaram a sessão ordinária, oportunidade em que se ratificou a deliberação de aguardar formalmente a emissão do Parecer Técnico conclusivo por parte da Consultoria de Investimentos contratada para, subsequentemente, proceder-se à tomada de decisão definitiva sobre o fundo. Diante da perspectiva, os membros deliberaram que, condicionado ao parecer favorável e à análise de legalidade para RPPS por parte da consultoria, é autorizado a realocação ao fundo do montante referente à Letra Financeira vencida no mês de março, valor atualmente alocado no SANTANDER DI TP. Em **investimentos no exterior**: ratificou-se a decisão de realocação dos recursos do fundo SANTANDER GLOBAL EQUITIES para o ITAÚ WORLD EQUITIES, com formalização prevista para a brevidade técnica necessária. Em continuidade à estratégia de diversificação das atas anteriores, foi debatida a correlação entre os ativos internacionais, constatando-se que fundos classificados como globais, a exemplo do BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS, possuem uma porcentagem expressiva de ações americanas em sua composição, o que gera uma dependência direta do mercado dos EUA e resulta em performances muito similares às de fundos puramente de Bolsa Americana. O Comitê aprofundou o debate sobre a importância da diversidade nessa classe, ressaltando que a desconexão geográfica e de ativos (renda variável global, Europa, Ásia, mercados emergentes, Ouro e/ou Renda Fixa Internacional) é fundamental para a proteção do patrimônio a longo prazo. O entendimento técnico entre os membros foi que essa pluralidade reduz a volatilidade total da carteira; ao expor os recursos a diferentes ciclos econômicos e moedas, o Instituto mitiga o risco de que uma crise em um único mercado comprometa a rentabilidade do segmento na carteira. Essa blindagem contra riscos sistêmicos é vital para garantir a estabilidade necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias a longo prazo. À vista disso, foi decidido por unanimidade que o Gestor de Recursos deverá realizar a busca por produtos com exposição real para além dos Estados Unidos, buscando estratégias que não guardem correlação direta com os ativos já existentes. Adicionalmente, o Comitê deliberou que o estudo contemple ETFs no exterior, visando aproveitar as taxas de administração reduzidas desses veículos para otimizar a rentabilidade líquida da autarquia. Ficou estabelecido que o Gestor de Recursos ficará responsável por prospectar esses novos produtos, devendo trazer para a próxima reunião ordinária estudo dos fundos oferecidos e enquadrados para RPPS e com comparativos técnicos e, sempre que possível, de fundos que já tenham passado por análise prévia da consultoria de investimentos. Tais dados serão submetidos à análise e apreciação de todos os membros para subsidiar as próximas decisões de alocação. Adicionalmente, durante a reunião, debateu-se a importância da otimização dos **custos operacionais da carteira** frente ao dever fiduciário do Instituto, ressaltando a necessidade de um monitoramento rigoroso sobre todas as taxas que incidem nos fundos de investimento, tais como administração, gestão, performance, custódia e distribuição. Diante da relevância do tema para a rentabilidade líquida de longo prazo, os membros deliberaram que o Gestor de Recursos deverá consolidar o levantamento integral desses encargos para apresentação e tratativa dos dados na próxima reunião ordinária. Como medida de transparência ativa e em estrita observância à Resolução 5.272/2025, ficou definido

que essas informações serão publicadas no site oficial da autarquia para assegurar o amplo acesso e a transparência pública. Adicionalmente, o relatório de custos será encaminhado para revisão dos Conselhos e, caso as conclusões demandem ajustes estratégicos ou realocações na carteira, as propostas serão submetidas à aprovação do Comitê, garantindo o pleno alinhamento técnico e a conformidade normativa exigida pelos órgãos de controle. Dando continuidade à análise de eficiência, os membros do Comitê debateram a disparidade de custos entre fundos que replicam o mesmo índice, notadamente o fato de o BB IMA-B 5 (Fundo Repasse) apresentar taxas superiores ao fundo de mesma estratégia utilizado pelo Fundo Reserva. Houve consenso entre os presentes de que o Fundo Repasse, por sua natureza e horizonte de tempo, deve prezar por uma estrutura de custos e de gestão de riscos ainda mais rigorosa. Diante dessa assimetria, foi decidido por unanimidade a realocação dos recursos do BB IMA-B 5 (Repasse) para o fundo SANTANDER DI INSTITUCIONAL, visando capturar a rentabilidade do CDI que deve permanecer elevada por mais tempo. Ficou estabelecido entre os membros que, havendo perspectivas claras de queda nos juros e melhora do cenário, será avaliada a realocação para o fundo CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA. Compreendeu-se que a utilização deste veículo é estratégica para o Fundo Repasse, pois evita que o Instituto assuma o risco de selecionar isoladamente estratégias de renda fixa sujeitas a marcação a mercado específica. O entendimento é que o fundo atua moderando os impactos de volatilidade e estresse, selecionando um combo de vértices e índices de forma técnica, sem que a autarquia precise deliberar sobre qual indexador específico performará melhor em cada ciclo, garantindo maior blindagem ao patrimônio contra oscilações bruscas, argumento essencial ao fundo financeiro. O Comitê reiterou que essa vigilância já é prática consolidada na governança do Instituto, lembrando a decisão unânime do ano passado pelo resgate total dos fundos ITAÚ S&P 500 e SAFRA S&P para realocação no SICREDI BOLSA AMERICANA, que mantém taxas menores e melhor rentabilidade. No mesmo sentido, discutiu-se a taxa de administração de 1,00% do novo fundo BB SOBERANO FLUXO, considerada elevada frente ao perfil de risco do ativo. O comitê deliberou que o fundo não deverá manter saldos relevantes por períodos superiores a três dias úteis, visando mitigar a perda de rentabilidade em comparação a veículos de mesma estratégia e menor custo. Ressaltou-se que a alocação possui caráter transitório, destinando-se apenas ao aporte imediato dos repasses municipais recebidos ao final do expediente, evitando-se, assim, a ociosidade do caixa. Com isso, os membros concluíram sobre a importância fundamental da reanálise rigorosa de todas as taxas — incluindo administração, gestão, performance, custódia e distribuição —, dado que a redução desses encargos gera impactos positivos e permanentes sobre o montante investido, assegurando a solvência e a eficiência na gestão. Na sequência, os membros analisaram a **conformidade geral da carteira** com base no relatório mensal e constatou-se que, de forma geral e contemplando as demais classes de ativos, as alocações permanecem devidamente enquadradas nas normas legais e regulamentares vigentes. O Comitê reforçou que a composição atual está adequada ao perfil de risco estabelecido, mostrando-se compatível com o cumprimento da meta atuarial e condizente com as estratégias-alvo definidas na Política de Investimentos para o exercício. Nesse mesmo tema, ratificou-se que as realocações deliberadas em reuniões anteriores seguirão válidas e serão executadas conforme as oportunidades do cenário econômico e o rigoroso enquadramento aos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025. Outrossim, os membros avaliaram as análises de cenários, relatórios e cartas mensais trazidas pelo gestor de recursos na reunião e, após debates, concluíram de comum acordo que, **nos próximos meses**, o cenário global continuará pautado pelos desdobramentos da guerra envolvendo o Oriente Médio e o bloqueio do Estreito de Ormuz, mantendo o petróleo Brent pressionado acima de US\$ 100 com reflexos diretos no mercado físico de energia. A Monte Bravo (CARTA MENSAL MAIO/26) destacou que, apesar do choque e da elevada incerteza geopolítica, os ativos de risco demonstram resiliência, impulsionados por fortes perspectivas microeconômicas que levaram o índice S&P 500 a alcançar novas máximas históricas. No Brasil, o Boletim Focus aponta uma deterioração contínua das expectativas inflacionárias, com o IPCA em trajetória de crescimento e se distanciando da meta. Diante disso, o FED mantém os juros americanos no intervalo de 3,50% a 3,75%, respaldado pela ausência de sinais de recessão e pela inflação global resiliente. O Copom, por sua vez, alertou em seus comunicados sobre o cenário conturbado e a pressão energética sobre a inflação; os próximos passos da política monetária e o ritmo de cortes dependerão estritamente da evolução desses fatores e do Focus, sem qualquer compromisso prévio com um ritmo gradual. As recomendações das instituições enfatizam a manutenção de uma postura defensiva, priorizando a blindagem do portfólio por meio de títulos indexados à inflação e liquidez em caixa para mitigar a volatilidade cambial e assegurar as metas atuariais. O Gestor de Recursos relatou também sobre **enquadramento de fundos à Resolução** vigente e os membros afirmaram que mantêm monitoramento contínuo de outros cenários de desenquadramento passivo, especialmente em fundos com mais de 50% do PL em RPPS, garantindo a aderência à Resolução CMN 5.272/2025 e a segurança jurídica das manutenções em carteira. Suplementarmente, houve **convocação de assembleias**: TARPON GT INSTITUCIONAL FIC FIA e GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF FIC FIA – RL, como pauta a aprovação das contas e demonstrações contábeis dos fundos ano 2025. Ademais, comunicou-se sobre **atualização de informações de fundos**, a saber: atualização do regulamento do fundo ITAÚ INSTITU JANEIRO RF (CNPJ: 52.156.446/0001-03). Conforme Ata da Assembleia Geral em 10 de março de 2026, a política foi alterada para vedar a aquisição de ativos financeiros de renda fixa de emissão privada ou de entes públicos que não a União Federal. Com o estabelecimento

deste limite de 0% para crédito privado, o fundo passou a observar as condições para enquadramento no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN, consolidando a sua natureza de fundos de renda fixa 100% títulos públicos. No que tange aos **ativos com liquidez restrita (fundos estressados)**, informou-se que não houve atualizações relevantes quanto à situação dos fundos ROMA AÇÕES, GERAÇÃO DE ENERGIA FIP, HAZ FII e TREND BANK FIDC. Adicionalmente, registrou-se a existência de novos processos de **credenciamento de instituições** financeiras no período: BANCO COOPERATIVA SICREDI (CNPJ: 01.181.521/0001-55), CONFEDERAÇÃO COOPERATIVA SICREDI (CNPJ: 03.795.072/0001-60), GUEPARDO INVESTIMENTOS (CNPJ: 07.078.144/0001-00), SAFRA DTVM (CNPJ: 01.638.542/0001-57), SAFRA ASSET CORRETORA (CNPJ: 65.913.436/0001-17), SAFRA ASSET MANAGEMENT (CNPJ: 62.180.047/0001-31) e ITAU UNIBANCO (CNPJ: 60.701.190/0001-04). Referente às **consultas realizadas junto à consultoria de investimentos**, o Gestor de Recursos informou que solicitou formalmente a análise técnica do fundo BTG PACTUAL LOGÍSTICA (BTGLOG11), encontrando-se no aguardo do parecer conclusivo. Antecipando-se à manifestação externa, o Gestor apresentou ao Comitê documentações do ativo e o resultado de sua análise própria, na qual confrontou indicadores com seus principais pares de mercado, submetendo a tese de investimento ao pleno conhecimento do colegiado. O Comitê deliberou que a efetivação da realocação, ou sua descontinuidade, esteja condicionada ao teor do parecer técnico da consultoria, com a decisão final e sua respectiva motivação formalizadas conforme os ritos descritos no item 'Referente às alocações e realocações posteriores' desta ata. Adicionalmente, foram relatados os **encontros realizados e as respectivas pautas de investimentos apresentadas** pelas instituições: 4UM Gestora, apresentando sugestões de alocação e portfólio de fundos; BTG PACTUAL, tratando especificamente sobre a captação do fundo BTGLOG11; BANCO DAYCOVAL, live de cenário econômico; SAFRA ASSET, portfólio de fundos; Curso de Capacitação aos Servidores realizado no auditório do instituto, os membros comentaram sobre o curso e dos assuntos explicados pelo professor, além de esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo. Por último, ficou deliberado que a totalidade das decisões de investimento e desinvestimento definidas nesta sessão será formalizada e encaminhada ao Conselho Deliberativo por meio do **Parecer Mensal do Comitê de Investimentos**. Este documento, que detalha as movimentações e suas justificativas técnicas, é remetido rotineiramente aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo em momento anterior às suas respectivas reuniões ordinárias, visando subsidiar a análise, apreciação e a devida aprovação em ata por parte dos colegiados. Juntamente, os membros deste Comitê aprovaram, por unanimidade, os resgates destinados ao pagamento de benefícios e as aplicações e realocações efetuadas no mês de abril de 2026. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, para a qual eu, Leonardo Rombola de Souza Martins, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Antônio Carlos Schiavon
Presidente do IPASP

Márcia Adriana Rodrigues
Assessora de Gabinete

Leonardo Rombola de Souza Martins
Gestor de Recursos Financeiros

Douglas Sarti Toledo
Conselheiro do IPASP

Marcel Gustavo Zotelli
Conselheiro do IPASP